

EXPANSÃO DA CULTURA MEGALÍTICA

NO CONCELHO DE AMARANTE

(SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DO POVO AMARANTINO)

Comunicação feita à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
em 20 de Maio de 1926

POR

JOSÉ DE PINHO

SR. PRESIDENTE E MEUS SENHORES:

Antes de dar início à comunicação que me propuz levar ao conhecimento de V. Ex.^{as} cumpre-me agradecer penhorado aos meus ilustres consócios, ex.^{mos} srs. drs. Mendes Corrêa, Alfredo de Ataíde e Carvalho de Almeida, o honroso convite com que se dignaram distinguir-me, para vir aqui à séde da nossa Sociedade fazer uma pequena palestra.

E, permitam-me que lhes diga, a escolha não foi das mais acertadas.

Falta-me o cabedal de conhecimentos necessários para dignamente me apresentar perante tão douta assistência e nem sequer tenho a menor propensão para a oratória, qualidade que às maravilhas serve, para, com geral agrado, mascarar, quando é preciso, pobreza de ideias ou carência de assunto.

Posto isto, desculpem-me V. Ex.^{as} as deficiências, e não-de ser muitas, que no decorrer da minha exposição forem surgindo, que da minha parte tratarei de ser breve, a-fim-de que qualquer

de V. Ex.^{as}, sôbre o mesmo ou outro assunto, possa dar ainda a esta sessão o brilho que as minhas apagadas palavras não podem nem de modo algum teem a pretensão de lhe dar.

SR. PRESIDENTE E MEUS SENHORES:

Quando em meados do século desanove Alexandre Herculano começou a escrever a sua monumental *Historia de Portugal* a arqueologia portuguesa estava ainda no berço, envolta, por assim dizer, nas faixas da primeira infância.

Sôbre os nossos antepassados corriam então as mais descalabeladas patranhas.

Destas bem procurou livrar-se o espírito lucidíssimo do príncipe dos nossos historiadores; mas, à falta de dados precisos que só a arqueologia lhe podia fornecer, não pôde deixar de servir-se da obra dos clássicos gregos e latinos, para investigar as origens do povo português.

Ora a obra desses autores, a maior parte dos quais nunca na Península pôs pé, não teve inicialmente outra fonte além das narrações dos mercadores fenícios e legionários romanos, eivados da lenda que encobria o povo bárbaro do ocidente e que tanto uns como outros tinham interêsse em fazer correr,—os primeiros por espírito mercantil, os segundos para maior engrandecimento dos seus feitos bélicos.

Tinha de ser forçosamente como é, deficiente, confusa e até contraditória.

E assim o reconheceu o erudito historiador naquela passagem em que diz: «Quem lê desprevenidamente os escritores antigos e os modernos que aproveitaram as suas afirmativas, frequentemente disparatadas e algumas vezes opostas, para sôbre elas edificarem os sistemas mais contraditórios acêrca dos povos de Espanha, só pode tirar uma conclusão sincera: é que em tal

matéria pouquíssimos factos tem o grau necessário de certeza, para serem considerados como históricos».

Mas, embora assim pense, Alexandre Herculano alguma coisa tem de aproveitar da obra dos autores antigos.

Firmado em Estrabão, apresenta-nos como facto histórico indubitável que, «à chegada dos cartagineses à Península, não só as duas raças mais antigas, os iberos e os celtas, se achavam confundidas nos territórios centrais, mas também os das orlas do mar e ainda os celtas e celteiros do sertão se tinham misturado com os fenícios e os gregos, principalmente com os primeiros—cuja influência na população foi tamanha que ficou predominando até hoje no país o nome que elles lhe puzeram».

Pois já em tempos anteriores a Homero, «enquanto colónias gregas se estabeleciam em diversos pontos marítimos, nomeadamente nas margens do Minho e do Douro, subindo pelas suas fozes, os fenícios se haviam apossado da melhor parte de Espanha».

Porém confessa que «há tal confusão na descrição que Estrabão faz do ocidente da Península, ora fazendo os calaicos lusitanos, ora distinguindo-os, ora incorporando debaixo desta denominação uma parte daqueles, que evidentemente se conhece quão incertas eram as suas ideias sôbre as antigas distinções das tribus célticas, depois da conquista romana». Contudo admite ainda que «a Espanha foi primitivamente povoada por duas migrações sucessivas vindas da Ásia—a dos iberos e a dos celtas; que estes povos, demasiado vizinhos da infância do género humano, não podiam ser numerosos; e que, atravessando a Europa sem nenhuns meios artificiais de trânsito, hostilizando-se mútuamente em guerras que mal entram no domínio das afirmativas históricas, não deviam ter multiplicado a ponto de poder a sua individualidade resistir ao contacto das colónias fenícias que lhes trouxeram os primeiros benefícios da civilização».

Chega por fim à conclusão, bem forçada por sinal, que o português actual não é mais que o produto do cruzamento de todos os povos que invadiram a Península, entre os quais depressa se perdeu, como elemento que julga de pequena valia, o sangue para êle indígena de iberos e celtas. E nisto assentou, deixando assim envolto em lenda o primeiro capítulo da nossa história.

Já mais de meio século decorreu depois da sua morte...

E, embora, através de várias descobertas arqueológicas, nem sempre feitas com método, é certo, já se possa ir levantando uma ponta do véu que encobre o nosso passado, a sua reconhecida e indiscutível autoridade de consciencioso historiador faz com que ainda hoje, vulgarmente sejam considerados como ouro de lei os erros em que involuntariamente caíu.

E são dos mais importantes o ter julgado a Península desabitada à chegada dos seus asiáticos iberos e celtas; imaginar que estes viviam nas «raras citánias e castros que então se conheciam; e que imolavam aos seus deuses, quasi desconhecidos, sobre aras brancas a que se deu o nome céltico de dólmens».

Estamos, portanto, sem conhecer ainda bem a árvore genealógica do povo português, a etnologia dos nossos antepassados.

E um povo que se tem por civilizado não pode alegar ignorância sobre tal assunto e muito menos ficar de braços cruzados perante a dificuldade do problema.

Meteu ombros a esta empresa e, duma forma magistral, digamo-lo para honra de nós todos, o nosso ilustre consócio e douto antropologista, sr. dr. Mendes Corrêa, no seu livro *Os Povos Primitivos da Luzitânia*.

Mas, seja embora a obra de S. Ex.^a o melhor que entre nós existe sobre o assunto e o seu autor tenha a envergadura necessária para levar a cabo empresas de tão grande vulto, ela apresenta-se-nos ainda, por assim dizer, simplesmente em esbôço, porque a vastíssima cultura de S. Ex.^a não podia suprir a falta

de dados a que precisava de lançar mão, para poder completar o seu trabalho, preenchendo tôdas as lacunas com que de momento a momento devia deparar.

Temos todos o dever, porisso, desde o mais erudito até ao menos culto, de, na medida do possível, contribuir com o nosso esforço, seja êle de que natureza fôr, em prol desta cruzada, de tôdas a mais nobre, já que o Estado não pode, não sabe ou não quer fazê-lo.

Eis a razão porque me atrevo a vir perante V. Ex.^{as}, com esta comunicação, e outras que a ela se poderão seguir, mostrá-lhes a forma como tenho tratado, a êste respeito, de cumprir o meu dever.

É insignificante, bem sei, o produto do meu trabalho; mas diz-me a consciência que fiz o que pude, sem auxílio moral ou material de espécie alguma, que concorri pelo menos, para que se não perdesse uma parte, embora pequena, do nosso património arqueológico que, para vergonha de nós todos, nem sequer inventariado ainda está.

Limitei a minha esfera de acção quasi exclusivamente ao meu concelho. A estes trabalhos só tenho podido dispensar o tempo que me deixam livre os cuidados da minha vida oficial ou particular.

E os meus conhecimentos, que são bem poucos, com certeza me hão-de ter deixado escapar factos que não soube interpretar.

Pois mesmo assim, e sem contar com a foice devastadora do tempo e com a ignorância do vulgo, que à porfia se empenham a apagar da superfície da terra as pegadas do homem primitivo, do resultado do meu insignificante trabalho poder-se-há tirar, pelo menos, como vamos ver, a seguinte conclusão:

É que o norte do país, a ajuizar pelo que se dá no concelho de Amarante, (que não tenho a pretensão de ter devidamente estudado), foi durante tôda a prehistória muito mais densamente

povoado do que até agora era lícito supor, e esta população indígena não podia de forma alguma deixar-se absorver nem pelas migrações, algumas de bem pequeno valor, a que os A. A. aludem, nem mais tarde pelas invasões, que assolaram, é certo, grande parte da Península, mas que, na sua maioria, pouca influência tiveram na limitada região de que me ocupo.

E estes factos, quando não fôsem dum alcance geral, como materiais que são, para o estudo do povo português, teem especial interesse para a história da minha terra, pois já é tempo também de desfazer a lenda que envolve as origens do povo amarantino.

*

* *

Nas *Memórias Parochiaes de 1758*, coligidas pelo P.^o Luís Cardoso, diz-se da vila de Amarante e pela primeira vez, segundo julgo, que... «a sua antiga fundação querem os auctores fosse dos Turdetanos da Lusitania, 360 annos antes da vinda de Christo, sem lhe descobrirem outro nome; athe que ocupando os romanos os poucos Bacraros (sic), a cuja Jurisdição esta villa pertencia, o Cappitam Amaranto lhe deu o seu nome que athe o presente conserva».

Em princípios do século XIX, pouco tempo depois das invasões francesas, publicou em Londres o frade beneditino Fr. Francisco de Azevedo Coelho de Magalhães, a *História Antiga e Moderna da Sempre Leal e Antiquíssima Villa de Amarante*, onde se atribui a primitiva fundação da vila, não já aos Turdetanos da Lusitânia, mas simplesmente aos Turdetanos e que a essa povoação os romanos deram o nome de Araduca, ficando a chamar-se Amarante, só a partir do reinado de Augusto.

E, como quem conta um conto acrescenta um ponto, este autor vem comunicar-nos que, antes dos romanos lhe darem o

nome Amarante teve, com tôda a verosimilhança, o de Araduca, de que falam os A. A.

Vem depois Pinho Leal, e no seu *Portugal Antigo e Moderno*, a que serviram provavelmente de fonte as *Memórias Parochiaes*, lá de novo e na mesma data a considera fundada pelos turdetanos da Lusitânia; de Araduca já nos não fala, mas garante que durante o domínio romano sempre se chamou Amaranto (sic).

Enfim, como ninguém, que eu saiba, tratou até hoje de investigar as razões que levaram estes autores a fazerem tão arrojadas afirmações, anda ainda a correr mundo, mascarado de facto histórico, aquilo que os textos antigos não permitem e, a meu ver, não passa de pura e simples fantasia.

Senão vejamos:

No tempo da República, os romanos dividiram a Península, primeiro em duas grandes províncias: a Citerior, que ocupava todo o norte, centro e leste, desde o rio Douro até ao Almanzora, e a Ulterior que ficava entre estes rios e o mar.

Mais tarde, no tempo de Agripa, foi dividida em três: a Bética, a Tarraconense e a Lusitânia; isto é, a antiga província Citerior tomou o nome de Tarraconense e a Ulterior cindiu-se em duas: a Lusitânia, desde o Douro até ao Guadiana e a Bética, desde este rio até ao Almanzor.

A Lusitânia constava do Cinéticum (actual Algarve) e das Mesopotâmias de Entre Tejo e Guadiana e Entre Tejo e Douro.

Mas a Lusitânia primitiva, que ia do Tejo para o norte (parece que até ao extremo norte da Galiza), dividia-se apenas em Mesopotâmia de Entre Tejo e Douro e Callaecia, região que no tempo de Caracala formou com a Astúria uma província à parte.

A Bética que, como já dissemos, ficava mais ao sul da Península, compreendia a Betúria ao norte e a Turdetânia, antiga Tartéssida, ao sul, países estes povoados pelos Bétulos e Turdetanos ou Tartessios.

Junto destes povos ou compreendidos nêles lá habitavam também os Túrdulos e os Bástulos.

Era, portanto, o Anas (actual Guadiana) a linha divisória entre o Cinéticum e a Bética.

Porém, dizendo Estrabão que as cidades cinéticas de Balsa e Ossonoba pertenciam aos Turdetanos, no que está de acôrdo com Justino e Trogo Pompeu, que põe os Cinetes a habitar os bosques dos Tartéssios, ou há confusão nos limites da Turdetânia, ou aquilo dá a entender que os Turdetanos, atravessando o Anas, se foram pouco a pouco infiltrando no país dos Cinetes, chegando a ocupar mais de metade do actual Algarve.

Seriam estes Turdetanos do Cinéticum, região que pertencia à Lusitânia da época romana, aqueles a que os citados autores se referem e consideram como os primitivos fundadores do burgo amarantino?

Não podiam ser. A divisão administrativa da Península, feita por Agripa, em que a Lusitânia se estende do Douro ao Anas, data sòmente do ano de 27 antes de Cristo, e a Lusitânia prees-
traboniana tinha o Tejo como fronteira sul.

Seriam tomados por Turdetanos os Túrdulos da Betúria que Estrabão nos conta que fizeram uma expedição através da Mesopotâmia de Entre Tejo e Anas e se foram fixar, segundo Plínio, entre o Vouga e o Mondego com o nome de Turduli Veteres?

Ou aqueles que o mesmo geógrafo faz atravessar o Douro, indo estabelecer-se nas margens do Lima nas vizinhanças dos Artabros?

Também não. Não temos o direito de chamar a quaisquer dêstes Túrdulos, Turdetanos da Lusitânia porque, para isso, era necessário pelo menos que a Lusitânia já fôsse conhecida no ano de 360 a. de C., e nós sabemos que a mais antiga referência feita aos Lusitanos, vai só até ao ano de 218 a. de C., quando êles nos aparecem fazendo parte do exército de Anibal.

E, se ainda isto não bastasse, podíamos garantir, sem receio de contestação, que nem os textos antigos, e êles dão para tudo, nos dizem que, neste recanto perdido do Entre Douro e Minho, estadiaram outrora Turdetanos ou Túrdulos, nem a arqueologia nos pôde até agora localizar a tal Araduca de Ptolomeu no aro amarantino.

Releguemos, portanto, para os domínios da lenda tudo o que até agora se tem architectado, referente à fundação da vila de Amarante, e vamos a ver se descortinamos através do labirinto dos textos o fio de Ariadne que nos guie junto do povo que primeiro se acantonou nas espessuras do vale por onde o Tâmega serpeia ou por entre as fragas dos montes que o Marão domina.

*

* *

Os A. A. antigos e grande parte dos modernos, não admitindo a possibilidade da Península ter possuído uma população indígena, consideraram-na primitivamente povoada por migrações vindas de leste e sul (Iberos, Celtas e Lígures), nem todos estando de acôrdo sôbre quais fôssem os que chegaram primeiro.

A estes sucederam-se outros povos que as riquezas da Ibéria atraíam para fins comerciais ou de conquista, de forma que é quási geralmente admitido que nas veias do peninsular corre em maior ou menor grau sangue de todos esses povos, e nem tão poucos êles foram — Iberos e Celtas, Lígures e Fenícios, Gregos e Cartagineses, Romanos e Bárbaros e por último os Árabes ou Mouros.

E duma forma geral assim é, visto que a maior parte da Península, desde a mais alta antiguidade, em tempos que já estão fora do alcance da história, com alguns dêstes povos manteve as mais estreitas relações e durante séculos suportou o jugo dos restantes.

Porém estas diferentes correntes étnicas, com suas culturas próprias, nem tôdas puderam influir duma forma apreciável no primitivo extracto étnico da Hispânia, pois que, se em determinadas regiões todos ou quasi todos os povos citados se fixaram por um largo período de séculos, indo-se sucessivamente misturando, cruzando e confundindo, outras há em que dêesses mesmos povos poucos lá puzeram pé e os que o fizeram não foi em condições de poderem marcar a sua passagem no fundo rácico daqueles com quem mais ou menos tempo travaram lutas ou pacificamente conviveram.

E, como assim é, vamos respigando pelos textos, única fonte boa ou má a que sobre este assunto podemos recorrer, as informações que os AA. nos deram sobre os povos que desde as mais remotas eras invadiram a Península e possivelmente se fixaram no Entre-Douro e Minho, a-fim-de irmos notando o predomínio que deviam ter exercido no vale do Tâmega, na limitada região de que me ocupo, que é, como já disse, o concelho de Amarante.

Lígures

Segundo alguns autores contemporâneos, e entre eles Schulten, os povos mais antigos da Península foram os Lígures.

E firmam-se para isso numa duvidosa passagem de Hesíodo, clássico grego do século VII a. de C., que julga que eles teriam ocupado particularmente o ocidente e a Mesêta.

Mas diz o nosso autorizado mestre de arqueologia, sr. dr. Leite de Vasconcelos, que, se sobre os Lígures da Ibéria há raras notícias, maior escassez delas encontramos no território português, pois se pode apenas citar um nome na tábula de bronze romana de Aljustrel, onde parece entrar o sufixo *asco* que se supõe ligúrico.

E isto é tão pouco que bem podemos pôr este povo, para o caso que nos diz respeito, fóra da discussão.

Iberos

Para outros autores, os primeiros que invadiram a Península foram os Iberos que, oriundos da África, segundo Schulten, se estabeleceram em tempos imemoriais entre o Anas e o Iberus, actualmente Rio Tinto, onde Avieno, referindo-se a um périplo do século VI a. de C., os conhece e depois se foram estendendo por toda a costa, desde as Colunas até além Pirenéus.

Junto do Ebro, também denominado Iberus, os apontam Hecateu, autor do século VI a. de C., Heródoto e Herodoro do século V e Teopompo do século IV para o III, chamando todos estes autores Ibéria ao país que eles ocupavam.

No século III a. de C., Eratóstenes estende o nome de Ibéria a toda a Península e daí por diante é sempre assim mencionada nos textos, como a terra dos Iberos.

A concepção de Schulten, em que os Iberos vieram da África, quando provavelmente a ela estavam ainda unidas a Hispânia e a Sicília, fixando-se a princípio nas costas mediterrânicas, donde subiram à Mesêta e daí se espalharam por toda a Ibéria, não passa duma hipótese que os textos não confirmam.

Porém para os AA., diz o sr. dr. Leite de Vasconcelos, a palavra Ibéria, aplicada à Península, designa em geral o conjunto dos povos primitivos dela.

E assim ficarei a considerar também, mais sob o ponto de vista geográfico do que étnico, a população pre-céltica peninsular, que em face da mudez dos textos só a arqueologia nos poderá dizer se alguma influência teve no aro amarantino.

Fenícios

Dos AA. é Aristóteles do século IV a. de C. o primeiro que fala dos Fenícios de Cádiz e Tartesso, e Estrabão do século I o

que mais largas referências lhes faz, dizendo que já em tempos anteriores a Homero êles estavam de posse da melhor parte da Espanha.

Esta região devia ser só a zona meridional da Ibéria então conhecida, que Schulten calcula ter sido visitada pelos orientais, desde o 3.º milénio a. de C., pois durante muitos séculos os Fenícios não passaram além de Tartesso.

Os antigos não os consideravam, porém, como povo invasor, mas apenas como comerciantes, no que Mommsen concorda, quando diz que as suas colónias eram apenas entrepostos que tinham por fim principal mais trocar mercadorias com os indígenas do que servir de base para a conquista de vastos territórios nos países estrangeiros.

E o que na Península mais os atraía eram os ricos jazigos de estanho e prata de que abasteciam os seus mercados orientais.

A verdadeira colonização da Península data, contudo, da fundação de Gades (Cádiz), no século XII a. de C. e é essencialmente meridional; mas é muito provável que a sua acção, com o decorrer dos séculos, se fizesse também sentir um pouco para Ocidente, embora não haja disso dado algum que o prove.

A parte sujeita ao nosso estudo, no interior da Mesopotâmia de Entre-Douro e Minho, essa é que, a ajuizar pela mudez dos textos e pela sua situação geográfica, parece que nunca esteve, pelo menos directamente, em contacto com a civilização fenícia, e isso é o que, por agora, particularmente nos interessa.

Gregos

Quem primeiro nos fala da influência grega na Ibéria é Heródoto que sabe que já no século VII, a. de C., os navegantes de Samos visitavam Tartesso.

Depois entre outros, Estrabão diz-nos que êles se estabele-

ceram por tôda a costa marítima, que fundaram feitorias nas embocaduras do Douro e do Minho, que subiram pelas suas fozes e vai até à minúcia de nos contar que na Luzitânia os casamentos se faziam à moda grega.

Porém os arqueólogos, por tantas razões ilustres, srs. Martins-Sarmiento e Leite de Vasconcelos, não teem dúvida em afirmar que nada disto merece crédito.

É natural que, tendo os Gregos colonizado pelo século VII, a. de C., a costa da Cirenaica, onde a cidade de Cirene breve se tornou notável pela riqueza dos produtos do seu solo e como centro de cultura grega, de que ainda hoje nos dão uma nítida ideia as suas grandiosas ruínas, daí começassem a expandir-se por tôda a costa oriental e meridional da Ibéria, entrando em íntimas relações com as colónias fenícias e tentassem estabelecer-se junto delas.

De facto assim foi. Mas diz-nos Mommsen que os Fenícios, cançados de cederem terreno diante da onda avassaladora da imigração helénica, se juntaram aos seus irmãos do norte de África a oferecer barreira aos Cirenaicos. E de tal forma se portou a coligação fenício-cartaginesa, que aqueles ficaram impedidos de avançar para ocidente, alcançando por êste meio os Cartagineses a hegemonia do sudoeste do Mediterrâneo.

Celtas

Todos os A. A. estão de acôrdo que os Pirenéus eram a barreira natural entre a Céltica e a Ibéria, e dos textos se deduz que foi por alturas dos séculos VI ou V a. de C., que o povo celta principiou a transpor essa barreira e a espalhar-se lentamente pela Ibéria, ora habitando no meio dos Iberos, confundindo-se com êles, ora apartando-se dos indígenas e vivendo em povoados separados, quando estes pela sua rudeza se tornavam intratáveis.

E desta forma foi avançando a infiltração celta até chegar ao seu apogeu no século IV, a. de C.

De modo que, se é verdadeira a informação de Heródoto, já no seu tempo (século V, a. de C.) havia Celtas no extremo ocidental da Península, junto dos Cinetes.

Lá os conhece também Políbio (século II, a. de C.), Plínio (século I, a. de C.) e Estrabão, acrescentando êste que na Mesopotâmia de Entre Tejo e Guadiana habitavam célticos na sua maior parte.

A noroeste da Península sabem da existência dêles Estrabão, Políbio e Plínio.

Porém ao norte do Douro só uma passagem de Pompónio Mela (século I) parece que a êles se refere, e, sendo assim, então lá habitaram os Grovii e os Praesamarchi de origem celta, ficando estes já na Galiza.

Mas, tendo o Douro um tão longo curso de nascente para poente, poder-se há, com precisão, localizar os Grovii?

A Mela, parece-lhe que habitavam a costa entre o Douro e o Minho; porém Plínio coloca-os na região de Tui!

E por isto e pelo já exposto, se vai vendo a ignorância dos antigos a respeito não só dos povos que primeiro habitaram a região de que me ocupo, mas até daqueles que estadiaram por toda a zona ocidental da Ibéria, em que está compreendido o território português.

Por último, e a-pesar-de a *Ora Maritima* se não referir a Celtas, falemos dos Cempses e Sefes, que Schulten quiere que o sejam, e embora ofereça dúvidas esta sua filiação étnica, procuraremos determinar-lhes a precisa localização.

Avieno coloca-os em ásperos montes no campo de Ophiusa, que é a Ibéria; e, como diz que os Cempses habitam junto dos Cinetes e a leste dêstes está a Turdetânia, os Sefes deviam ficar a norte daqueles, passando a sua linha divisória por alturas de

Setúbal, isto para estar de harmonia com os dados geográficos fornecidos pelo mesmo autor, não sendo, porém, possível determinar a estes a fronteira norte que, na melhor das hipóteses, não podia estender-se para além do Mondego.

Mas de Sefes ninguém mais fala, todos os textos ulteriores são mudos a seu respeito e os Cempses são por último colocados perto dos Pirenéus. O sr. dr. Leite de Vasconcelos encontra, porém, no onomástico palavras de origem celta de norte a sul de Portugal.

Conhece-as também no Entre Douro e Minho. Mas tôdas são em inscrições da época romana, são apenas 12 (o que se há-de concordar que é bem pouco), nem tôdas geralmente consideradas de origem céltica e nenhuma pertence ao aro amarantino...

Cartagineses

Tendo sido os Cartagineses originariamente uma colónia fenícia e tendo os Fenícios espalhado as suas feitorias por toda a costa sul e leste da Ibéria, não se pode admitir que entre os dois povos fronteiros não tivesse havido desde os tempos mais remotos as mais estreitas relações.

Houve-as de facto. E tanto que já Avieno, Scilax e Justino se referem a estabelecimentos cartagineses na Ibéria, evidentemente na Tartéssida. Mas, como ainda não são mencionados no primeiro tratado romano-púnico em 509 a. de C. e o são no segundo em 348, em que já se estendem por toda a zona costeira, desde Nova Cartago, possivelmente até Cádiz, daí conclui Schulten e com toda a razão, que a ocupação cartaginesa devia ter começado entre estas duas datas.

Com as conquistas de Hamilcar e Anibal, Cartago, ficou a dominar desde o Ebro ao Tejo, chegando no interior, segundo Políbio, até ao país dos Vacceus no Douro médio.

Tito Lívio diz que os soldados de Anibal perseguiram, por

muito tempo, os rebanhos nos montes da Lusitânia e que Lusitanos fizeram parte do seu exército; mas ao que texto algum concretamente se refere é que tropas cartaginesas chegassem a transpor o Douro, entrando na região de Entre Douro e Minho.

E Schulten até diz que a Celtibéria ficou excluída do domínio estrangeiro, assim como a Lusitânia e o noroeste.

Romanos

Pode dizer-se que a conquista romana da Península se iniciou pelos anos de 215 a 210 a. de C. com as vitórias de Andaluzia contra os cartagineses.

Em 207 tóda a costa oriental estava já em poder dos Romanos, menos Cádiz. No fim da guerra de Anibal em 201 fêz-se a paz e os Romanos dividiram o território conquistado em duas províncias: Espanha Superior e Espanha Ulterior.

Depois começaram a fixar o seu domínio no interior e a pôr barreira às incursões dos Lusitanos; porém, com as indómitas tribus do norte—Calaicos, Astures e Cantabros—nunca os Romanos puderam até aí entrar em contacto.

Em 197 estalou a revolta lusitana e, por mais que os Romanos fizessem para a sufocar, só em 185 houve um pouco de tranqüilidade.

De 178 a 154, há 25 anos de paz. Em 154, os Lusitanos invadem o território romano; os Vetões ligam-se com êles e levam as suas investidas até perto de Cartagena.

Os Romanos mobilizaram então na Península um forte exército para jugular a rebelião, mas reconhecendo-se ainda fracos pediram para Roma mais fôrças e, chegadas estas, puderam avançar até ao Douro, onde tiveram de parar (150 a. de C.).

A perfídia de Galba dá origem ás lutas de Viriato, que só terminaram pela morte traiçoeira do caudilho em 140.

Morto Viriato, a Lusitânia ficou submetida.

Com a tomada de Numância em 133 o domínio romano estendeu-se, pelo menos nominalmente, a tóda a Espanha Superior.

Em 80 chega Sertório à Península a convite dos Lusitanos.

Seguem-se as lutas de Sertório. E, ainda que a Espanha já estivesse há muito, sob o domínio romano, a costa ocidental, mesmo depois da expedição de Brutus contra os Calaicos, era de facto independente e a zona do norte não estava por êles defendida em 61 a. de C.

Finalmente dá-se a campanha de César em 20.

As duas margens do Douro são submetidas e Lusitanos e Calaicos foram obrigados a reconhecer a supremacia de Roma.

Considerada a Calaécia com a Astúrica província romana em 10, foi esta dividida em três conventos: Astúrica, Lucus e Brácar. E diz-nos Schulten que, ao contrário do que se deu nos outros em que foram suprimidas as antigas unidades étnicas e políticas e as suas povoações convertidas em comunidades, nos três conventos do noroeste continuaram a subsistir as gentes e os seus povoados (castella); que tódas as colónias romanas da Tarraconense estavam na costa e no vale do Ebro; e que a Mesêta central, o norte da Lusitânia e todo o noroeste bárbaro, por êste motivo ocupado militarmente, foram as regiões menos colonizadas.

Porém, embora o montanhez do noroeste ainda nos séculos II e III não estivesse completamente subjogado, como diz Mommsen, durante os quatro séculos do domínio romano a cultura latina foi-se espalhando pouco a pouco por tóda a parte e o bárbaro calaico lá se foi romanizando, sem jamais deixar de opôr, na primeira ocasião, uma franca resistência a tudo que viesse coarctar-lhe a sua ânsia inata de liberdade.

Suevos

Em 409 transpõem os Pirenéus as hostes germânicas dos Vândalos, Alanos e Suevos. Depois de lutas várias, que alguns historiadores exageram, os Vândalos fixaram-se na Bética, os Alanos na Lusitânia e os Suevos na Galícia. Estes aí fundaram um reino que teve Braga por capital; mas a sua independência não foi além de 585, época em que os Suevos foram subjugados por Leovigildo, rei dos Visigodos.

Visigodos

Estes dominaram até 711. Porém diz um nosso ilustre historiador «que, sendo igual a ascendência tanto duns como doutros, eram idênticos os seus costumes e igual o procedimento com os vencidos a quem são inferiores.

E, se durante três séculos durou o seu domínio e a influência desta gente alguma importância teve pela difusão de algumas gotas de sangue germânico, essas gotas são poucas e o fundo antigo as absorveu».

Árabes

Em 711 dá-se a invasão árabe. Logo em 712 já Musa está na Galiza.

Mas pequena foi a influência social ou étnica deste povo, porque daí a pouco, em 718, Pelágio declara a guerra santa contra os infieis e Afonso I os expulsa para além do Douro, desde 739 a 757.

É certo, porém, que uma vez ou outra a onda agarena salta por sobre este rio e se espraia pela terra dentro. Mas, diz Alberto Sampaio, o historiador há pouco citado, «que daquela época em

diante nunca mais o inimigo se pôde fixar pacificamente ao norte do Douro, e nunca lá repartiu terras, não assentou colónias, não denominou lugares, nem edificou cidades».

E isto é o que para o nosso caso tem a maior importância.

Em resumo:—Os textos não aludem a povo algum que particularmente habitasse no aro amarantino; neles se não faz a menor referência a esta região nem ao rio que a atravessa; e duma forma concreta e precisa também nos não dizem se por aqui se demoraram os povos invasores.

Portanto só à arqueologia podemos recorrer para investigar as origens do povo amarantino.

Ora, se nos é dado calcular a influência, bem pequena por sinal, que a quasi totalidade dos povos invasores, com excepção dos Romanos, podia ter exercido no meu concelho, o que antes de mais nada devemos procurar saber, é desde quando essa região foi habitada e se dessa época até hoje, lá sempre viveriam descendentes do povo primitivo, que duma forma apreciável pudessem ter contribuído para a massa da população actual. Mas para isso, e primeiro que tudo, analisemos a situação geográfica do concelho e a constituição geológica do seu solo.

*

* *

O concelho de Amarante situado no extremo nordeste da província do Douro e em parte encravado entre as do Minho e Trás-os-Montes, é limitado a norte pelo concelho de Celorico, a leste pelos de Mondim e Vila Real, a sul pelos de Mesão Frio, Baião, Marco de Canavezes e Penafiel e a poente pelos de Felgueiras e Louzada.

Assenta por completo na bacia do Tâmega, rio que o atravessa de nordeste a sudoeste e do qual são tributários directa ou

indirectamente todos os rios, ribeiros e regatos que formam a sua vasta rêde hidrográfica.

De natureza essencialmente montanhosa é constituído por terrenos primários, em que predomina o granito e seus derivados, ocupando o xisto uma facha relativamente extensa de norte a leste, cortada a nordeste por uma apreciável mancha calcárea.

As suas principais serras, que inúmeras correntes de água profusamente sulcam de fundas ravinhas, são o Marão e a Aboboreira, com as altitudes máximas respectivamente de 1:423 e de 1:000 metros.

Ambas dominam tôda a margem esquerda do Tâmega, ficando os terrenos de mais baixas cotas, embora algumas ainda respeitáveis, como as lombadas de Santa Cruz, S. Jorge e Água Leite, na margem direita.

Nas suas montanhas, quási sempre coroadas de largas chãs, tem-se encontrado em maior ou menor abundância minérios vários, sendo o de estanho de todos o mais importante, e tanto assim que a mina de Vieiros ou Avelada, na freguesia de Rebordelo, que já era conhecida na época romana e provavelmente desde os tempos pré-históricos, é considerada hoje uma das primeiras, senão a primeira do país.

O clima é temperado; embora no inverno haja quadras de excessivo frio, e às vezes seja ardente o sol canicular.

O seu solo é fértil, elevando-se as zonas de cultura, especialmente de centeio e trigo, quási até às lombadas das serras. Pelos montes há abundantes pastagens. Tem, portanto, esta região tôdas as condições necessárias para ter sido povoada, desde longa data.

E de facto o foi e muito, desde os tempos pré-históricos, como vou mostrar a V. Ex.^{as}.

*

* *

Para dar aos estudos arqueológicos o método necessário e para melhor disposição da matéria, convencionou-se dividir a arqueologia pré-histórica em duas grandes épocas ou idades, tirando cada uma o nome na matéria prima predominante na manufactura das armas e instrumentos de então: Idade da pedra e idade dos metais.

A idade da pedra dividiu-se ainda em duas épocas: A paleolítica, ou da pedra lascada, e a neolítica, ou da pedra polida.

A idade dos metais também em duas: A do bronze e a do ferro.

Entre a idade da pedra e a dos metais criou-se ainda uma intermédia ou de transição: A eneolítica, calcolítica ou do cobre.

Cada uma destas épocas ou idades foi subdividida em outras, cujos nomes derivam da estação tipo em que o espólio apresentou particularidades dignas de diferenciação.

Da época paleolítica ainda até hoje não encontrei na minha região estação alguma. Não deve, contudo, deduzir-se disso, duma forma absoluta, que êsse nosso longínquo antepassado da primeira idade lítica por lá não estacionasse.

Há vestígios dêle em Chaves e provavelmente também ali esteve. Mas nada me permite garanti-lo, embora tenha encontrado peças características dessa época em estações de determinadas épocas posteriores.

Outro tanto não acontece da idade neolítica em diante, tal é a expansão que no concelho tomou a cultura megalítica, especialmente nos planaltos da margem esquerda do Tâmega.

Esta cultura, que é essencial ao neolítico, embora dêle não seja privativa, surge-nos com a segunda idade da pedra, em que

especialmente predomina, e vai, pelo menos em algumas regiões, até aos começos da idade do bronze.

Caracteriza-a o megálito, palavra formada de *megas* grande, e *litos* pedra, base essencial de tôdas as suas construções, e estas tomam o nome, segundo a forma e disposição dos seus elementos, de *dolmens*, *menhirs* e *pedras baloiçantes*, dando os menhirs origem pelo seu arranjo, quando agrupados, aos *cromlechs* e *alinhamentos*.

E todos estes megálitos em que se nota, especialmente no nosso país, ausência quasi absoluta de aparelho, pertencem sempre a rochas de natureza granítica.

Os dolmens, verdadeiros monumentos tumulares, a que também se dá, e mais geralmente entre nós, o nome de *antas* e *antelas*, *arcas* e *arcainhas*, *mámoas*, *mamôas* e *mamoinhas* e o vulgo denomina *casas de mouros* e *casas de orca*, são assim designados porque o uso já consagrou a palavra, embora na sua origem céltica (*tol*, buraco, e *men*, pedra) signifique ara ou altar de sacrifícios, como erradamente a princípio foram considerados, e estes monumentos nada tenham que vêr com a cultura céltica.

Em geral constam duma *câmara* com ou sem *galeria* de acesso, affectando a forma de pirâmide truncada, constituída por grandes chapões graníticos, *os esteios*, e coberta por uma lage, grosseiramente circular, às vezes de enormes dimensões, *a mesa dolménica*, que se apoia sobre os esteios, dando assim solidez ao todo.

A *galeria*, formada de lages de menores dimensões, é também coberta, tem quasi sempre uma porta e às vezes duas, e por ela só pode passar um homem agachado. Tôda esta construção é ainda coberta de terra e pedra miúda, apresentando o aspecto mamilar, donde deriva o nome de mamôa ou mámoa que geralmente se dá a este revestimento dolménico.

Os *menhirs* ou pedras de lembrança são grandes monólitos erguidos ao alto, alguns dum tamanho colossal e que, como os

clássicos obeliscos, deviam recordar a êsses nossos longínquos antepassados um grande feito ou a sepultura dum herói.

Os *alinhamentos* e os *cromlechs* são agrupamentos de menhirs de mais reduzidas dimensões, os primeiros dispostos em filas ou numa fila só, às vezes de grande extensão, os segundos em forma circular ou arco de círculo tiram o nome de *crom*, curva, e *leh*, lage, e a sua razão de ser não foi até hoje cabalmente explicada, devido talvez à raridade dêstes momentos.

As pedras baloiçantes, como o nome o dá a entender, são blocos graníticos, alguns enormes, colocados de forma que um simples impulso, ás vezes bem pequeno, os faz mover ou oscilar, dispositivo êste a que não foi estranho, creio bem, o homem primitivo, com fins possivelmente religiosos ou mágicos.

*

* *

Poucas são as referências que até agora se teem feito aos megálitos amarantinos.

José Augusto Vieira, em *O Minho Pitoresco*, menciona apenas o dolmen de Chã da Parada, de que dá o desenho a pág. 405, e as mamôas que o cercam, e o P.^o José Vitorino Pinto de Carvalho, pároco que foi da freguesia de Mancelos, publicou em 1908 na *Enciclopédia das Famílias*, n.^o 257, pág. 353, um artigo sobre penedos oscilantes, em que pela primeira vez se fala no penedo de Cerquidos da referida freguesia e dêle se dá a fotografia.

Nada mais. A não ser que as tais *sepulturas de ladrões*, *cobertas de pedra miúda*, que o Dr. João de Barros cita na sua *Geografia d'Antre Douro e Minho e Traz-os-Montes* (coleção dos M. M. da Biblioteca Municipal do Porto) e que conhece no alto do Marão sejam, como julgo, verdadeiras mamôas.

Se o são, pois ainda naquela serra as não encontrei, então é essa a mais antiga referência feita aos megálitos do concelho.

Há por lá muitos, mas de duas categorias apenas: dolmens e pedras baloiçantes.

Dolmens

Quando digo dolmens, sob esta designação reúno todos os monumentos dolménicos, seja qual fôr o seu estado de conservação, muito embora da câmara tumular já nada exista e só os restos da mamôa, com a sua característica depressão central por onde a cripta foi profanada ou mesmo destruída, nos venham atestar da sua existência.

Pois o que para o meu caso essencialmente interessa não é o estado do monumento em si, mas muito em especial o conhecimento preciso do local em que se erguia.

São quatro as necrópoles dolménicas que até à data conheço no aro amarantino: a da Aboboreira na serra do mesmo nome, a dos Outeiros Altos na lombada que domina as freguesias de Lufrei e Vila Chã, a de Cerquidos entre Mancelos e Fregim e a de Corva Chã num contraforte do Marão, na linha de águas vertentes entre Candemil e Bustelo.

Com excepção da primeira, tôdas estas necrópoles constam dum limitado número de monumentos tumulares.

A dos Outeiros Altos tem uma mamôa na chã, junto ao morro da Capela Velha, e distante desta mais quatro entre o marco geodésico e Campo Chão, à margem do caminho que segue para S. Bento.

A de Cerquidos tem duas: uma de cada lado do caminho que do Alto de Pidre se dirige para a Lixa e a 200 metros pouco mais ou menos do penedo oscilante, acima referido.

A de Corva Chã tem também outras duas, a uns 100 metros da capela que no alto se levanta.

E falta falar agora da da Aboboreira.

Essa é simplesmente grandiosa. Espalha-se por tôda a serra, que de norte a sul segue através dos três concelhos de Amarante, Baião e Marco. Pois só na parte pertencente a Amarante pude contar 33 dêsses monumentos dolménicos. E quantos não tem ainda o resto da serral...

Quantos não foram de tal forma arrasados que dêles nem vestígios ficaram!...

Só um se encontra em regular estado de conservação. É o conhecido dolmen de Chã da Parada, cujo desenho vem, como já disse, em *O Minho Pitoresco* e a que os serranos dão o nome de Forno da Moira.

E, como não lhes seria fácil explicar a forma como para ali foi transportada a pesada lage que o cobre, ficam com a sua curiosidade satisfeita, criando a lenda ingénua e bela, que foi uma velha moira a fiar na roca, quem à cabeça a trouxe...

Dos outros, raros são aqueles que ainda conservam esteios, já nenhum tem cobertura e na maioria dos casos só a mamôa os revela.

Porém mesmo assim arruinados como estão e sem lhes ter sido feita a exploração conveniente, que breve espero realizar, pois mal a tenho começada, alguns ensinamentos já se podem tirar das ruínas dêsses túmulos tantas vezes milenários.

São sempre construídos, isolados ou em grupos, no meio duma chã e, facto curioso, nunca junto dos afloramentos graníticos que provavelmente lhes forneceram os materiais de construção.

São de dimensões diversas, e, embora com variantes, obedecem apenas a dois tipos. Os maiores, *antas*, tem galeria sem orientação determinada e são formados por possantes chapões graníticos que só com um grande esforço colectivo, que nos assombra, se podiam arrastar ou erguer. Os menores, *antelas*, não tem galeria de acesso, o material construtivo é de muito mais reduzidas

dimensões e até alguns esteios são quasi verdadeiros pilares. Dá-se, porém, em dois destes um facto digno de registo, que só notamos na necrópole da Aboboreira.

É que a mamôa é delimitada por um círculo de pedras de 0,60 m. a 0,80 m. de altura, enterradas até meio, de cutelo, em todo o redor, círculo que nos casos observados mede de 8 a 9 metros de diâmetro.

Mas tanto antas como antelas tem sempre mamôas a revesti-las, tomando algumas grandes dimensões, quando tem de cobrir galerias que chegam a ter 16 metros de comprimento.

As mamôas são feitas de terra e cobertas duma camada protectora de pedra miuda, com o tamanho aproximadamente dos paralelepípedos das ruas.

Com excepção duma só, tôdas as câmaras tumulares foram devassadas, não pela galeria de acesso, mas sim pelo tecto, destruída préviamente a mesa dolménica.

E não é fácil presumir desde quando data a violação, pois é patente que os remeximentos se succederam com fins e em épocas diversas, ficando reduzidos alguns espólios às lascas de quartzite que em todos abundam, e a uma ou outra peça que escapou à vista dos pesquisadores ou que foi rejeitada como objecto sem valor.

Devido a isso só possuo na minha colecção e provenientes da necrópole dos Outeiros Altos machados de xisto, o que há de mais grosseiro, pontas de seta, lascas de sílex, um triturador e vários percutores, e por êsses objectos se pode já avaliar da rudeza dos instrumentos de trabalho daqueles nossos tão longínquos antepassados, da penúria em que viviam, da miséria que os rodeava.

Mas no meio dessa atmosfera de pobreza em que se debatiam, eram ricos de amor pela fraga da serra, junto da qual nasceram e que os abrigava das intempéries, não lhes faltava vene-

ração e respeito pelos seus mortos queridos, à memória dos quais levantaram monumentos que, se não puderam resistir à ignorância dos homens, zombaram da fúria dos elementos, milénios sem fim...

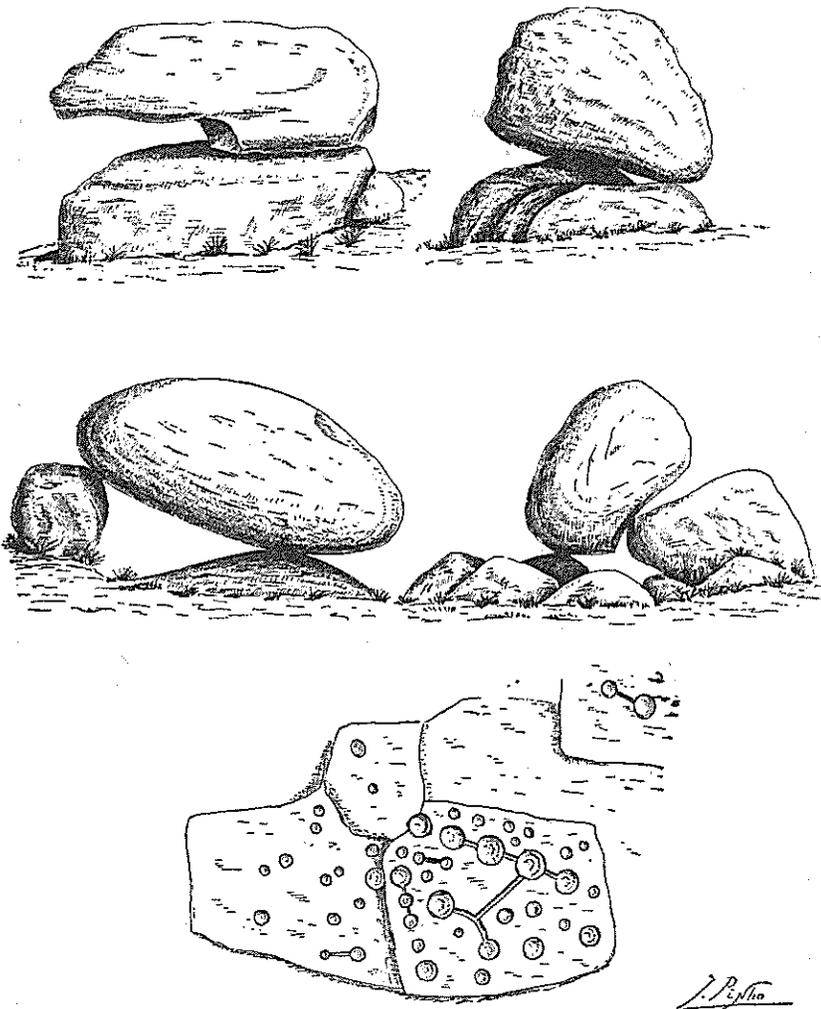
E, como cada dolmen não podia ser, senão a sepultura dum chefe, o túmulo dum herói, ou o necrotério duma família, as quarenta mamôas até agora conhecidas, espalhadas pelos planaltos das serranias do meu concelho, autorizam-me a afirmar que êle já estava habitado na época neolítica e que a densidade dessa população indígena, era bem maior do que até há pouco se supunha.

E chamo-lhe população indígena, porque agora, felizmente, *já se está a dar o seu a seu dono. A miragem oriental*, que tudo e todos fazia vir do oriente, foge em frente da sciência, como tôdas as miragens, quando para elas se avança. Os sábios Wilke e Breuil defendem a origem ocidental dos megálitos, Bosch Gimpera é levado a considerá-la especialmente portuguesa e quem entre nós se entrega a estudos desta natureza sabe bem que o centro da cultura megalítica se fixa ao norte de Portugal.

Pedras baloiçantes

De todos os monumentos megalíticos, aqueles que já há muito não ocupam o lugar que, a meu ver, de direito lhes pertence são as pedras baloiçantes. É certo que na tabela dos sinais internacionalmente adoptados para designarem as estações arqueológicas estes megálitos não foram esquecidos e lá figura o sinal que os representa, um triângulo isósceles assente num segmento de recta, passando-lhe pelo vértice um outro oblíquo à base.

Mas devido talvez a serem considerados, já com opinião preconcebida ou terem sido estudados isoladamente e não em conjunto, o que é verdade é que tanto os arqueólogos nacionais



Figs. 1 a 5 (da esquerda para a direita e de cima para baixo): O Penedo Cabano (S. Simão); o Penedo da Bouça (Carvalho de Rei); o Penedo do Avenal (S. Simão); o Penedo do Carral (Bustêlo); «fossettes» junto à Pedra que Bole (S. Simão).

como os estrangeiros os estão a pôr de lado e hoje estes monumentos são geralmente tomados por caprichos da natureza.

Permitam-me V. Ex.^{as} que não concorde com tal opinião, e vou tentar justificar as razões em que me fundo.

Conheço da geologia a acção erosiva das águas pluviais sobre as rochas de natureza granítica. Bem sei que, desde que as torrentes arrastam as terras e os afloramentos graníticos ficam a descoberto, a acção lenta mas persistente dos elementos os vai desagregando pouco a pouco, polindo-lhes as arestas, dando-lhes a forma arredondada característica destas rochas.

E também sei que, com o decorrer dos séculos, chegam a tomar às vezes as formas mais caprichosas, a fazer até milagres de equilíbrio.

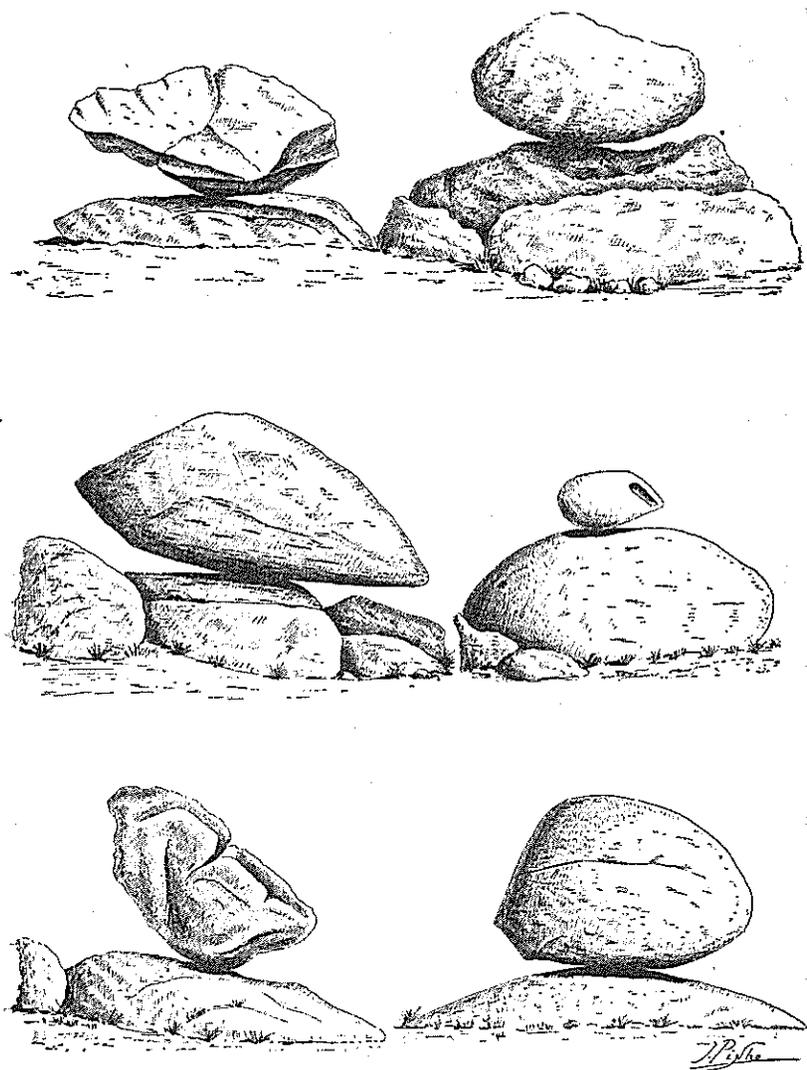
Nada, portanto, me custa a admitir que num solo de natureza granítica, onde êsses afloramentos abundam, um ou outro bloco vá pelo seu próprio pêso reduzindo a terras outros de menor volume em que possivelmente se firmava e, varridas aquelas, êle possa ficar de tal forma equilibrado que um impulso maior ou menor o faça mover.

Mas, por mais caprichosa que seja a natureza, V. Ex.^{as} não-deconvir que factos dêstes não podem estar freqüentemente a repetir-se; e, se na verdade se repetem, nos devem pôr de sobreaviso.

Foi o que comigo se deu.

Quando tive ocasião de, pela primeira vez, observar o penedo oscilante de Pé Redondo, da freguesia de Carvalho de Rei, chamado Cabano, corrupção de «Que abana» (fig. 1), logo notei, embora ainda não tivesse visto pedra alguma semelhante, que êle tinha um pequeno sulco no ponto em que se deve exercer a pressão para se produzir o movimento e que êste se não daria, se ao penedo não faltasse pela parte de baixo uma lasca.

E, a-pesar-de me parecerem intencionalmente feitas a falha da lasca e o tal sulco, isto era um caso isolado, não conhecia



Figs. 6 a 11 (da esquerda para a direita e de cima para baixo): A Pedra Artiga (Carvalho de Rei); a de Vale da Moira (Carvalho de Rei); o Penedo do Arenal (S. Simão); a Pedra da Cadeira (Carvalho de Rei); o Penedo do Pombo (Carvalho de Rei); o Penedo de Cerquidos (Mancelos).

mais nenhum penedo oscilante e portanto nada me dava o direito de emitir uma opinião que não só ia de encontro ao já estabelecido, mas de forma alguma podia fundamentar.

Passado pouco tempo vi o penedo de Cerquidos (fig. 11). Nêle há também umas falhas que parecem feitas intencionalmente e num penedo relativamente perto dêste, mas não junto a êle, se podem também notar duas circunferências ligadas por um traço, sinal que várias vezes se encontra em insculpturas rupestres.

Mas estes dois pretensos megálitos estão distantes um do outro muitos quilómetros e não tinha conhecimento que nas proximidades de qualquer dêles houvesse mais algum vestígio de cultura megalítica.

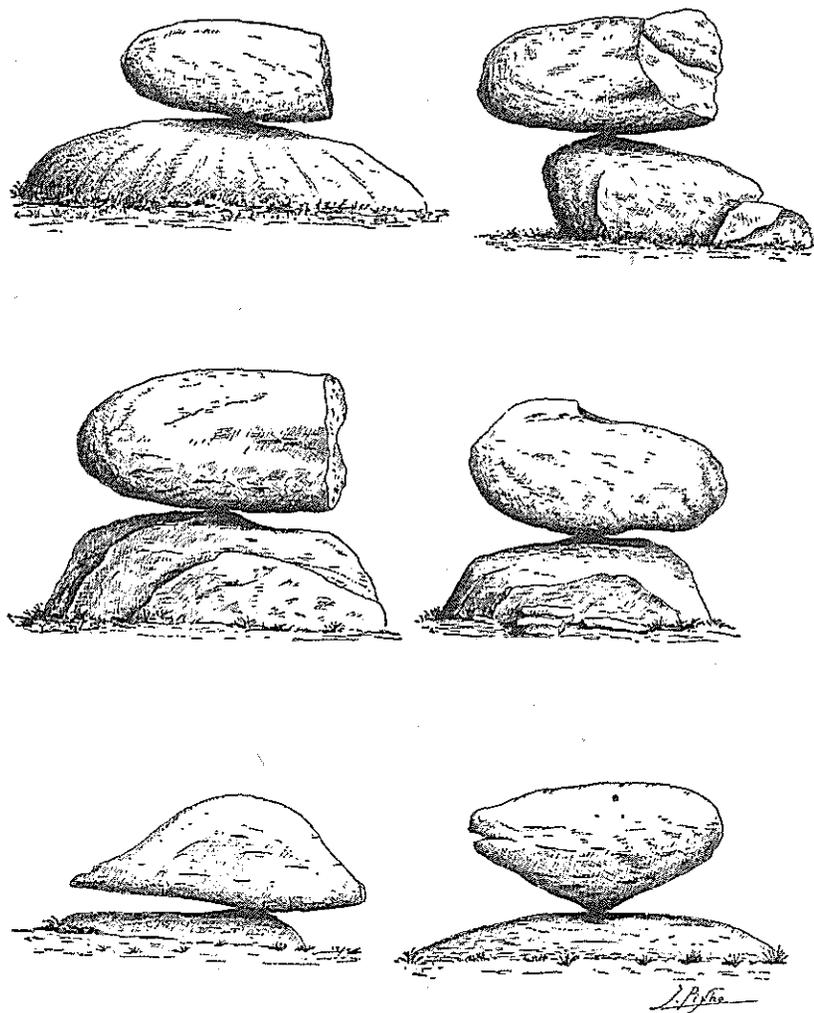
Porisso ainda me não era dado tirar conclusões.

Porém em 1924 tenho ocasião de fazer uma pequena excursão arqueológica pela serra da Aboboreira, onde me demorei dois dias, e então *as pedras oscilantes* surgem-me por tôda a parte, dentro daquela vasta necrópole dolménica, como também próximo de tôdas deparo com mais monumentos megalíticos de que até aí não tinha dado fé.

Vem-me então à memória a hipótese que Filipe Simões apresenta na sua *Introdução à Arqueologia da Peninsula Ibérica* «que as pedras baloiçantes talvez fôsem cipos dum cemitério prehistórico».

E dou-lhe razão. Sim, os penedos oscilantes, pelo menos no que diz respeito à Aboboreira, onde um tem até o sugestivo nome de Pedra do Sol (fig. 12), é possível que sejam cipos ou outro qualquer monumento funerário, simbólico ou mágico.

Mas, se assim fôr, deverá também ser considerado monumento megalítico o penedo de Cerquidos completamente isolado nos altos de Mancelos? Só a vizinhança do petroglifo, de que já falei, nos podia dar êsse direito. Era pouco, e além disso já não podia ser abrangido na hipótese de Filipe Simões.



Figs. 12 a 17 (da esquerda para a direita e de cima para baixo): A Pedra do Sol (Carvalho de Rei); a Pedra que Bole (Castelo Velho—S. Simão); a Pedra que Bole (Chã de Parada—Outil); o Penedo Cavalado (S. Simão); o Penedo de Grêdos (Carvalho de Rei); o Nabôa (Carvalho de Rei).

Porém há pouco o meu velho amigo e ilustrado director da Escola Primária Superior de Amarante, Dr. Mário Monterroso, manifestou-me desejos de o ver. Fui mostrar-lho. Seguimos de carro até ao Alto de Pidre e depois tomamos a pé o caminho que vai para a Lixa.

Nunca por lá tinha ido, mas sabia que o caminho era bom.

Pois assim que deixámos a encosta, um pouco antes da esplanada de Cerquidos e a uns 200 metros do penedo, logo deparamos com duas mamôas, uma de cada lado do caminho, e quem sabe se encontraríamos mais, se tivéssemos tempo de fazer ao monte a devida exploração.

Para o meu caso é que a descoberta tinha a maior importância, porque mais me veio radicar a ideia que entre dolmens e pedras baloiçantes existe uma indubitável relação.

Voltei à Aboboreira. Copiei do natural tôdas as pedras. São 17.

Dividi-as em grupos, segundo a sua base de apoio repousa sobre um ponto ou mais. Estudei-as assim e em conjunto e tive que constatar que é flagrante na quasi totalidade dos casos a intenção que houve de preparar a pedra, a-fim-dela produzir um movimento determinado.

E em face dalgumas, como se vê das figs. 12 a 14 ninguém poderá pôr em dúvida essa intencionalidade.

Se fôsse um caso único, ainda se poderia argumentar com uma hipotética descarga eléctrica; mas como o facto se repete, pelo menos três vezes, temos que concordar que os caprichos da natureza não vão até êste ponto. E, além disso, ós fabricantes destes megálitos (creio que já assim lhes posso ir chamando) deixaram, a meu ver, ao pé dum dêles o seu cartão de visita.

Numa fraga mesmo junto à pedra oscilante (fig. 13) encontram-se várias séries de *fossettes* ligadas algumas entre si por pequenos sulcos (fig. 5).

É um belo exemplar de insculpturas rupestres. E estas, como é sabido, decoram quasi sempre indubitáveis monumentos megalíticos.

Finalmente, de dedução em dedução, creio poder concluir que as pedras oscilantes até agora encontradas no concelho de Amarante, na proximidade de castros, no meio de necrópoles dolmênicas e junto de insculpturas rupestres, com sinais evidentes de terem sido intencionalmente preparadas para oscilar, devem ser consideradas verdadeiros megálitos, possivelmente de carácter funerário, mágico ou simbólico.

E, até autorizada opinião em contrário, nisto assentarei; dando o meu trabalho por bem empregado se daqui em diante, qualquer de V. Ex.^{as} dispensar a êstes monólitos um pouco da atenção que até agora lhes não mereciam.

Seja qual fôr, porém, a conclusão a que, sôbre êste assunto se chegar, o que, em face da minha exposição, fica provado é que a cultura megalítica largamente se difundiu pelo aro amarantino e que, sob os dolmens que se espalham pelo alto das suas serras dormiram o último sono antepassados nossos, se, através de tôdas as *étapes* da humanidade, deles até nós pudermos chegar, sem solução de continuidade.

E será êsse o assunto doutras minhas palestras.

Maio de 1926.
